

CURSO	DISCIPLINA	PROFESSORA	DATA	MENÇÃO	CIENTE
3º SJ	Língua Portuguesa, Literatura	Renata Fernandes	09/10	MB	Sophia OK,,
NOME ALUNO (A): Sophia Gonçalves Madeira					Ano/Módulo:

Bases Tecnológicas	Habilidades Trabalhadas	Crítérios de Desempenho
Texto Dissertativo- Argumentativo	Interpretação textual com base em reflexões;	Assunto, Estilo e Gramática

ITENS QUE SERÃO AVALIADOS	
I- ASSUNTO	1- Conhecimento do assunto; 2- Seleção de ideias em função do tema; 3- Coerência das ideias dentro do contexto;
II- ESTILO	1- Clareza, propriedade, precisão; 2- Criatividade;
III- GRAMÁTICA	1- Ortografia; 2- Pontuação; 3- Morfologia

Observações:

---



---



---



---



---



---

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

ETEC Rodrigues de Abreu

Língua Portuguesa

Produção Textual: Texto Dissertativo- Argumentativo

Apresento a proposta de produção de texto Dissertativo Argumentativo:

A partir das reflexões e leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

**Material de Apoio: Textos**

Bom Trabalho!  
Renata Fernandes

## TEXTO I

Você sabe quais são as comunidades e os povos tradicionais brasileiros?

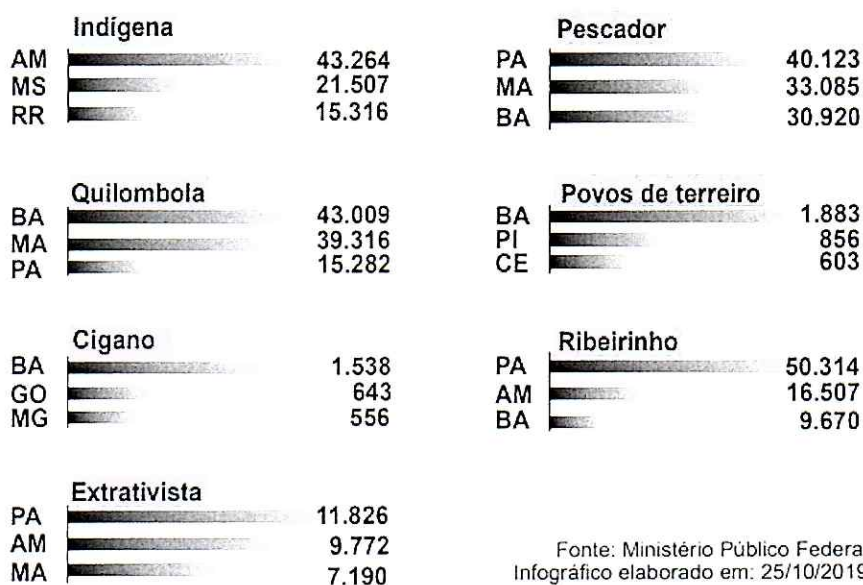
Talvez indígenas e quilombolas sejam os primeiros que passam pela cabeça, mas, na verdade, além deles, existem 26 reconhecidos oficialmente e muitos outros que ainda não foram incluídos na legislação. São pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, apanhadores de flores sempre-vivas, caatingueiros, extrativistas, para citar alguns, todos considerados culturalmente diferenciados, capazes de se reconhecerem entre si. Para uma pesquisadora da UnB, essas populações consideram a terra como uma mãe, e há uma relação de reciprocidade com a natureza. Nessa troca, a natureza fornece “alimento, um lugar saudável para habitar, para ter água. E elas se responsabilizam por cuidar dela, por tirar dela apenas o suficiente para viver bem e respeitam o tempo de regeneração da própria natureza”, diz.

Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado)

## TEXTO II

Povos tradicionais do Brasil

Estados com a maior concentração de famílias



Fonte: Ministério Público Federal.  
Infográfico elaborado em: 25/10/2019.

Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).



### TEXTO III

#### Povos e comunidades tradicionais

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) preside, desde 2007, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada em 2006. Fruto dos trabalhos da CNPCT, foi instituída, por meio do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2017, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). A PNPCT foi criada em um contexto de busca de reconhecimento e preservação de outras formas de organização social por parte do Estado. Disponível em: <http://mds.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

### TEXTO IV

Carta da Amazônia 2021 Aos participantes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26)

Não podia ser mais estratégico para nós, Povos Indígenas, Populações e Comunidades Tradicionais brasileiras, reafirmarmos a defesa da sociobiodiversidade amazônica neste momento em que o mundo volta a debater a crise climática na COP26. Uma crise que atinge, em todos os contextos, os viventes da Terra! Nossos territórios protegidos e direitos respeitados são as reivindicações dos movimentos sociais e ambientais brasileiros. Não compactuamos com qualquer tentativa e estratégia baseada somente na lógica do mercado, com empresas que apoiam legislações ambientais que ameaçam nossos direitos e com mecanismos de financiamento que não condizem com a realidade dos nossos territórios. Propomos o que temos de melhor: a experiência das nossas sociedades e culturas históricas, construídas com base em nossos saberes tradicionais e ancestrais, além de nosso profundo conhecimento da natureza. Inovação, para nós, não pode resultar em processos que venham a ameaçar nossos territórios, nossas formas tradicionais e harmônicas de viver e produzir. Amazônia, Brasil, 20 de outubro de 2021.

Entidades signatárias: CNS; Coiab; Conaq; MIQCB; Coica; ANA Amazônia e Confrem

Disponível em: <https://s3.amazonaws.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

## ARG 1

↳ choque de culturas, por parte dos colonizadores. Apagamento cultural e histórico dos povos presentes no território br.

- Escravidão indígena
- Escambo
- catequização

Carta do Pero Vaz de Caminha ~~eles~~ "não escondiam as suas vergonhas."

Ato de do Imperador Pedro I

"Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil"

CF/1988

garante as reservas de terras aos indígenas, mas não há fiscalização e há o aumento de queimadas, desmatamento em prol ~~da~~ ~~força~~ da lógica de mercado.

"Não basta ser, é preciso pertencer" -

Clarice Lispector.

## ARG 2

↳ Esquecimento estatal do bem-estar populacional - criação de massas ignorantes com a sociobiodiversidade br e a exploração cultural e histórica dos povos tradicionais piorando a crise climática

- garimpo ilegal
- biopirataria
- exploração
- Presença de leis, mas inércia governamental.
- exclusão social

↳ sobrevivência!



Título: Povos tradicionais brasileiros: um estigma histórico.

"Não basta ser, é preciso pertencer" - a referência literária da brilhante autora 'Clarice Lispector' é uma clara alusão à exclusão dos povos originários e tradicionais no contexto do Brasil contemporâneo. Por um lado, tem-se nas raízes históricas o choque e abominação cultural durante o período colonial, e o esquecimento estatal que se perdura até os dias atuais.

Neste contexto, a problemática do apagamento da diversidade de sociedades brasileiras é fruto de uma visão ideológica eurocêntrica presente nos currículos educacionais e que descrevem os eventos baseados em uma visão opressora - exibindo práticas como o escambo, catequização e escravização indígena. É clara a repulsa demonstrada até mesmo na Carta de Pero Vaz de Caminha, onde havia a descrição de uma cultura incompreendida: "não escondiam as suas vergonhas."

A luz disso, na tentativa de reparação histórica, está presente no corpo da Lei da Constituição Federal de 1988, garante a reserva de terras indígenas, a liberdade religiosa e o meio-ambiente saudável, mas mesmo com as afirmações da Carta Magna é evidente a realidade brasileira perante a inexistência governamental quando trata-se disso - já que atualmente prioriza-se a lógica de mercado do modo de produção capitalista e que permite a violência hedionda cometida aos povos em troca do enriquecimento por meio do garimpo ilegal, biopirataria e outros. Uma verdadeira luta por sobrevivência.

Portanto, a relação de apagamento, exclusão e inércia das pluralidades populacionais no Brasil é um grande desafio de disputa por equidade em movimentos sociais protagonizados pela força e pé pública dos brasileiros. É de suma importância que o Ministério do Meio-Ambiente, em cooperação com o Governo Federal e outros entes estatais hajam para que estes não fiquem mais à margem da sociedade - proporcionando infraestrutura, popularização cultural e quebra de laços com a ideologia eurocentrista. Além disso, também cabe aos mesmos que protejam as florestas e comunidades com a força e inteligência militar.



Título: Povos tradicionais brasileiros: um estigma histórico.

"Não basta ser, é preciso pertencer" - a referência literária da brilhante autora 'Clarice Lispector' é uma clara alusão à exclusão dos povos originários e tradicionais no contexto do Brasil contemporâneo. Por um lado, tem-se nas raízes históricas o choque e abominação cultural durante o período colonial, e o esquecimento estatal que se perdura até os dias atuais.

Neste contexto, a problemática do apagamento da diversidade de sociedades brasileiras é fruto de uma visão ideológica eurocêntrica presente nos currículos educacionais e que descrevem os eventos baseados em uma visão opressora - exibindo práticas como o escambo, catequização e escravização indígena. É clara a repulsa demonstrada até mesmo na Carta de Pero Vaz de Caminha, onde havia a descrição de uma cultura incompreendida: "não escondiam as suas vergonhas."

A luz disso, na tentativa de reparação histórica, está presente no corpo da lei da Constituição Federal de 1988, garante a reserva de terras indígenas, a liberdade religiosa e o meio-ambiente saudável, mas mesmo com as afirmações da Carta Magna é evidente a realidade brasileira perante a inexistência governamental quando trata-se disso - já que atualmente prioriza-se a lógica de mercado do modo de produção capitalista e que permite a violência hedionda cometida aos povos em troca do enriquecimento por meio do garimpo ilegal biopirataria e outros. Uma verdadeira luta por sobrevivência.

Portanto, a relação de apagamento, exclusão e inércia das pluralidades populacionais no Brasil é um grande desafio de disputa por equidade em movimentos sociais protagonizados pela força e pé pública dos brasileiros. É de suma importância que o Ministério do Meio-Ambiente, em cooperação com o Governo Federal e outros entes estatais hajam para que estes não fiquem mais à margem da sociedade - proporcionando infraestrutura, popularização cultural e quebra de laços com a ideologia eurocentrista. Além disso, também cabe aos mesmos que protejam as florestas e comunidades com a força e inteligência militar.